



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5582

Presidente da Mesa Diretora: José Maria Saraiva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Normas, obrigações, proibições e regulamentos

Autoria: Sued Parrela Botelho

Data: 11/02/2004

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 09/2004. Proíbe a retirada de pequis verdes (fruto do pequizeiro), no município de Montes Claros e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 17 **Posição:** 59 **Número de folhas:** 05

Especie: PL
Categoria: Normas
C: 17
Ordem: 59
nº fls: 03



09/2004
19-02-2004

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2.004

AUTOR:

VEREADOR - SUEB BOTELHO

ASSUNTO:

Proíbe a Retirada de Pequias Verdes e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

Entrada em 11/02/2.004

- 1 - _____
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - *APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA*
- 4 - *C.A. em 19.02.2004*
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

Carla



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Estado de Minas Gerais

Projeto de Lei nº _____ 2004.

PROJETO DE LEI Nº

***Proíbe a retirada de pequis verdes
e dá outras providências.***

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica proibido, no âmbito do município de Montes Claros (MG), a retirada de frutos do Pequi verde (*caryocar brasiliense*) sem estar com seu ponto de maturação completo, sendo que este é definido pela deiscência do fruto no chão, ou seja, a queda do mesmo, sem utilização de varas, escadas e outros implementos que forcem a queda do pequi.

Art. 2º - Fica caracterizado como crime ambiental a retirada de frutos verdes sendo a mesma prejudicial ao desenvolvimento, reprodução e podendo causar a morte da árvore. O Pequi é declarado de preservação permanente de interesse comum e imune de corte em nosso município, através da Lei nº 355/abril1957, bem como em todo estado de Minas Gerais, conforme Lei nº 10.883, de 02/10/92 e Lei nº 9.605, de 02/98, art. nº 46.

PARÁGRAFO ÚNICO – A pena aplicada será detenção de 06 (seis) meses a 01 (um) ano, conforme a legislação pertinente à matéria e pagamento de multa.

Art. 3º - Cabe aos proprietários de área onde existam pequizeiros fiscalizar a coleta, comercialização, transporte e verificação do ponto de maturação do fruto, que é, também, atribuída à Polícia florestal, sendo órgão de competência e com poder de Polícia para efetuar a fiscalização, apreensão, multa e prisão dos infratores.

§ 1º - O Poder Público Municipal poderá nomear um fiscal para cuidar da fiscalização prevista nesta Lei.

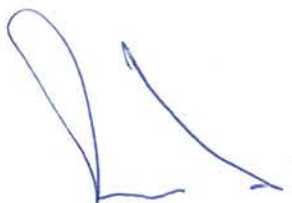
| | |
|-------------------------------|--|
| PROTOCOLO | |
| <input type="checkbox"/> EXP. | <input checked="" type="checkbox"/> RECEB. |
| 06/10/21/2004 | |
| HORA: 18:10 | |
| ASS: [assinatura] | |

§ 2º - Às associações de produtores rurais e aos membros da comunidade civil e organizada cabe denunciar e prestar suporte para que haja uma fiscalização efetiva na coleta de frutos verdes do Pequi.

Art. 4º - A multa por arrecadar, coletar e transportar frutos verdes poderá ser revertida na manutenção de viveiros para fornecimento de mudas ou na promoção da tradicional "Festa do Pequi" realizada anualmente neste município.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros
18 de Dezembro de 2003**



Sued Parrela Botelho
Vereador - PT

JUSTIFICATIVA

Uma das grandes riquezas do Cerrado, os pequizeiros vêm sofrendo com a retirada indiscriminada de seus frutos verdes, fato que com a presente Lei passaria a ser caracterizado como crime ambiental no âmbito deste município. A reprodução e o desenvolvimento dessas árvores acabam sendo fortemente prejudicados, contribuindo, inclusive, para a morte do pequi.

A exploração racional do fruto garantirá o desenvolvimento econômico sustentável, a preservação e busca por alternativas cada vez mais de acordo com os novos padrões ecológicos, que se fazem necessários em tempos de uma crescente consciência ambiental. É preciso lembrar, ainda, que os pequis são fonte de alimentação e sustento de inúmeras famílias que vivem em pequenas comunidades localizadas na zona rural.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 11 DE FEVEREIRO DE 2004

PRESIDENTE

E' lida e aprovada



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 19 DE FEVEREIRO DE 2004

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2004 QUE “ Proíbe a retirada de pequis verdes e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Sued Parrela Botelho.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros – MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento visa proibir, no âmbito do município, a retirada de frutos do Pequi verde (*caryocar brasiliense*) que não estejam com seu ponto de maturação completo. Fica caracterizado como crime ambiental a retirada de frutos verdes, pois é a mesma prejudicial ao seu desenvolvimento e reprodução. Cumpre ressaltar, com fulcro na *Lei municipal nº 355/abril 1957*, bem como, na *Lei Federal nº 9.605, de 12/02/98*, que o Pequi foi considerado de *preservação permanente, de interesse comum e imune de corte*. Compete aos proprietários de área onde existam pequis fiscalizar a coleta, comercialização, transporte e verificação do ponto de maturação do fruto.

Com fulcro na *Carta Republicana*, temos:

" Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico".


"Art. 30 - Compete aos Municípios:

I- legislar sobre assuntos de interesse local".

Ex positis, o Projeto de Lei não fere e nem contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Constitucional e, tampouco infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, Legal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG., 18 de fevereiro de 2004.


Gabriela Regina Abreu
Assessora Jurídica
OAB/ MG 81.617